



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6548

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Imóveis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 01/08/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 122/2006. (ALTERADA). Desafeta, autoriza transferência e faz doação ao Estado de Minas Gerais, de área de terreno do Município, medindo 4.992,00 m<sup>2</sup>, localizado na rua Guaporé, bairro João Botelho, onde está situada a Escola Estadual Nereide Carvalho. (Referente à Lei nº 3.631, de 16/08/2006, posteriormente alterada pelas Leis nº 4.656 de 25/10/2013, nº 4.686 de 07/01/2014 e nº 5.568, de 06/06/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 12.3      **Posição:** 41      **Número de folhas:** 05

---

Especie: PL  
Categoria: Imóveis  
nº: 12.3  
Ordem: 41  
nº fls. 03



122/2006  
08.08.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

**Desafeta Área de Terreno de Sua Característica Institucional,  
— Transfere-a para o Patrimônio Disponível do Município, Autoriza Doação ao Estado de  
Minas Gerais e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em – 01/08/2006
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - A PROPOSTA EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - Em 08.08.2006
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS MG**

Procuradoria-Geral



*AS Comissões  
01/08/2006*

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 04 DE JULHO DE 2006.**

***Desafeta área de terreno de sua característica institucional, transfere-a para o patrimônio disponível do Município, autoriza doação ao Estado de Minas Gerais e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 4.992,00m<sup>2</sup> (quatro mil novecentos e noventa e dois metros quadrados) de propriedade do Município, localizada na Rua Guaporé esquina com a Rua "D", no Bairro João Botelho, nesta Cidade, contendo os seguintes limites e confrontações:

*"Partindo do alinhamento da Rua Guaporé e a Rua "D", segue limitando com a dita Rua "D" a uma distância de 78,00m; deste, deflete à esquerda e segue limitando com a área de uso institucional a uma distância de 64,00m; deste, deflete à esquerda e segue limitando com área de uso institucional a uma distância de 78,00m até o alinhamento da Rua Guaporé; deste, deflete a esquerda e segue pelo alinhamento da dita Rua Guaporé a uma distância de 64,00m até o ponto de origem desta descrição".*

**Parágrafo Único** – A área de terreno ora desafetada de sua característica de uso institucional passará ao patrimônio disponível do Município.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, a área de terreno onde se situa a Escola Estadual Nereide Carvalho.

**Art. 3º** – O Estado de Minas Gerais através da Escola Estadual Nereide Carvalho, fica obrigado a providenciar o recebimento da escritura pública de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

**Parágrafo Único** – As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escrituração do imóvel doado, correrão às expensas da donatária.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 04 de julho de 2006.

**Athos Avelino Pereira**  
Prefeito Municipal de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 01 DE AGOSTO DE 2006  
PRESIDENTE

É legal e constitucional.  
Carimbo - 08.07.06.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 08 DE AGOSTO DE 2006  
PRESIDENTE



## **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS MG**

**Procuradoria-Geral**



**Montes Claros, 04 de julho de 2006.**

**Ofício. nº:** CJ/106/06

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei

**Serviço :** Procuradoria Geral


Senhor Presidente,

O Projeto de Lei, que temos a honra de submeter ao elevado exame dos Ilustres Membros da Câmara Municipal, tem por objetivo desafetar de sua característica de bem de uso comum do povo e transferir ao Patrimônio disponível do Município uma área de terreno medindo 4.992,00m<sup>2</sup> (quatro mil novecentos e noventa e dois metros quadrados), e, posteriormente, doá-la ao Estado de Minas Gerais a área onde funciona a Escola Estadual Nereide Carvalho.

A presente proposição atende, plenamente, aos anseios da comunidade do referido Bairro, vez que há muitos anos já funciona a Escola Estadual Nereide Carvalho sem a doação pelo Município de Montes Claros.

Solicitando a aprovação do referido Projeto de Lei, neste ensejo, apresentamos a V.Exa. e aos Ilustres Integrantes dessa Casa Legislativa as expressões de nosso respeito e consideração.

Atenciosamente,

  
**Athos Avelino Pereira**  
Prefeito Municipal

Exmº. Sr.

**Sebastião Ildeu Maia**

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Desafeta área de terreno e sua característica institucional, transfere-a para o patrimônio disponível do Município, autoriza doação ao Estado de Minas Gerais e dá outras providências” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A administração dos bens municipais cabe ao Executivo, sendo que a doação do referido imóvel, teria como escopo a doação para o Estado de Minas Gerais, tendo em vista que no local já funciona uma Escola Estadual, ou seja, bem de interesse público.

Portanto, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende a técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de agosto de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605